



UMA ANÁLISE DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM INFORMÁTICA DO IFRN

Lucas Gabriel Guedes Limeira ¹
Maurício de Azevedo Neto ²
Anna Loyse Azevedo de Araújo ³
Suzérica Helena de Moura Mafra ⁴

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é uma instituição de educação superior, básica e profissional que conta atualmente com 22 campi no território potiguar, cuja função social é ofertar educação profissional e tecnológica comprometida com a formação humana e integral.

Na instituição, dentre outros aspectos, se destacam os cursos Técnicos de Nível Médio na Modalidade Integrado Regular, que consistem no ensino das disciplinas propedêuticas e técnico-profissionalizantes simultaneamente, durante o período de 4 anos. A organização curricular desses cursos segue as determinações legais previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como o Projeto Político-Pedagógico de Curso (PPC) Institucional (IFRN, 2012).

Na sua história, o IFRN tem se desenvolvido amplamente, destacando-se nesse processo as estratégias de Educação Inclusiva aos(às) estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), a exemplo da criação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNE (2012) e, mais recente, a implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI (2020).

¹ Aluno do Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, lucaguedes2908@gmail.com;

² Aluno do Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, mauricio.a.neto@hotmail.com;

³ Aluna do Curso Técnico em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, loyse1414@gmail.com;

⁴ Orientadora: Mestre em Serviço Social, Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, suzerica.helena@ifrn.edu.br;



Contudo, observa-se que, apesar dos avanços, ainda são identificadas limitações no cotidiano escolar dos(as) estudantes com NEE, as quais se expressam desde os projetos pedagógicos dos cursos, por exemplo, e precisam ser analisadas e enfrentadas. Neste sentido, o presente estudo, motivado a partir da vivência de estudantes do curso de Informática do IFRN Campus Parelhas, busca apreender quais aspectos se referem à Educação Inclusiva dos(as) discentes com NEE em documentos curriculares e normativos do Instituto, a fim de apontar desafios e possibilidades desse contexto e contribuir com a efetivação da Educação Inclusiva na instituição.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise documental na qual buscou-se analisar quatro documentos nativos do IFRN, dos quais três deles constam na Resolução nº 38/2012 CONSUP/FRN: O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição; A sua Organização Didática; O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico em Informática na Modalidade Integrada e; A Resolução Nº 26/2020 CONSUP/IFRN, a qual trata do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos com necessidades educacionais específicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a Educação é um direito social, que deve ser garantido pelo Estado em parceria com a família e os demais entes da sociedade para ser efetivado sob “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1988) Contudo, ainda persistem os desafios estruturais no que se refere à garantia desse direito a todos(as). Assim, apesar das importantes ações afirmativas já conquistadas para as pessoas com NEE, observa-se que ainda há muito que construir para concretizar esse direito na escola.

Conforme disserta Coelho (2010), somente a partir do ano de 1994, na Reunião Internacional de Educação para Todos, discussões e ações voltadas à inclusão de pessoas com necessidades especiais se organizaram como políticas públicas. Ações tardias como estas impactam o cenário atual de educação inclusiva, tendo em vista a adaptação e inclusão de pessoas com deficiência em escolas. No processo de inclusão escolar, entende-se que são fundamentais: acompanhamento individualizado, materiais didático-pedagógicos adequados,

infraestrutura inclusiva e capacitações de educadores para que sejam capazes de identificar e intervir sobre as necessidades específicas dos(as) alunos(as).

Coelho (2010) faz uma comparação fictícia, onde se colocasse Adolf Hitler e Mahatma Gandhi em uma mesma sala de aula com as mesmas atividades, as vivências pedagógicas seriam muito diferentes pois as duas figuras históricas divergem quanto a crença, valores e concepções. A partir desta alusão, a autora destaca a importância de um acompanhamento individualizado de cada estudante e suas necessidades individuais.

Ainda de acordo com a autora, “o grande desafio do processo histórico da inclusão educacional é passar do plano de princípios ou das leis e orientações institucionais para a implementação de uma prática, no plano da ação.” (COELHO, 2010, p.60). Assim, a escola como ambiente institucional estratégico para mediação desse direito deve ter ações práticas para o desenvolvimento socioeducacional de alunos(as) com NEE, e fazer com que essas estratégias saiam dos planos não somente como uma fórmula de aprendizado, mas como uma construção pedagógica única de cada aluno.

Segundo Santos, Souza e Filipe (2020), o Projeto Político Pedagógico (PPP) figura nesse processo como documento matriz e em uma instituição, é base das metodologias dos docentes e norteador da formação dos discentes. Ele expressa as orientações curriculares institucionais e confere autonomia às organizações para desenvolver suas políticas conforme suas particularidades. Assim, entende-se que dele derivam os demais documentos balizadores da instituição, e no contexto do debate ora proposto, estes devem apontar o direcionamento do IFRN sobre Educação Inclusiva e as estratégias efetivas a serem adotadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consoante o PPP do IFRN, existe um princípio norteador da inclusão o qual afirma que as atividades desenvolvidas dentro da instituição devem atentar-se à "inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade". Este preceito surge a partir do reconhecimento da pluralidade de pessoas existente na instituição e é ressaltado não só em diversos outros momentos do PPP, como também propaga-se por outros instrumentos normativos do IFRN, tais quais a Organização Didática.



Ainda sob essa óptica, o documento aponta em quais áreas as estratégias inclusivas devem manifestar-se, como nas relações interpessoais e práticas pedagógicas. Contudo, apesar desse esforço, o PPP restringe-se a dizeres genéricos e não exhibe caminhos a serem trilhados para lidar com essas pessoas portadoras de NEE. Assim, é esperado que tais assuntos sejam abordados em outros documentos que regem o IFRN. Cabe ainda ressaltar a desatualização de termos apresentados no PPP para referir-se a pessoas com NEE.

A Organização Didática, por sua vez, traz consigo especificações de como a inclusão deve se fazer presente no instituto, e garante o direito de todos a uma educação de qualificação profissional pautada pela igualdade social. Ainda assim, esse detalhamento da organização que rege a instituição não aponta estratégias práticas de como a inclusão deve ser aplicada, e mantém a mesma linha de ações generalistas do PPP. A partir dessa falta de especificações, questionamos para reflexão futura: como a instituição está avaliando os indicadores de aprendizagem desses(as) alunos(as), e quais as barreiras educacionais que discentes com necessidades especiais têm enfrentado em cada curso dentro da instituição?

Na resolução, quanto ao desenvolvimento do ensino, é indicada a realização de ações que garantam ao estudante a permanência e o êxito escolar, que assegurem um espaço acolhedor e sobretudo inclusivo, em um ambiente respeitoso e que valorize cada sujeito com suas especificidades, visando a sua formação cidadã e acadêmica. Além disso, é válido evidenciar que, assim como acontece no PPP, diversos termos obsoletos são aqui empregados para aludir aos portadores de NEE.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Informática, ao integrar o ensino médio e a formação técnica, se busca inovar todo o processo pedagógico, trabalhando na transformação de vida dos(as) estudantes, em um currículo integrador de conhecimentos profissionais, de mundo e sociais. Percebeu-se que o PPC visa incluir de maneira geral todos os alunos, porém, herda as características do PPP e Organização Didática no que tange a ausência de providências a serem tomadas para aqueles que possuem NEE.

A análise dos conteúdos pedagógicos do PPC de Informática no que se refere a Educação Inclusiva está também articulada às condições estruturais disponíveis no IFRN, cujos campi contam com diversos recursos de acessibilidade física: rampas, elevadores e pisos táteis, porém ainda carecem de artifícios que permitam tratar de necessidades específicas. Além da estrutura mencionada, o IFRN campus Parelhas dispõe de outros materiais que atendem parcialmente às necessidades físicas dos(as) estudantes com NEE, a exemplo da disponibilidade de diferentes cadeiras nas salas de aula e laboratórios, que variam em relação



a modelos e possibilidades de ajuste, podendo gerar conforto ou desconforto a depender da necessidade física apresentada.

Em alguns laboratórios de informática, por exemplo, foi analisado que são expostos dispositivos minúsculos para compor a explicação das aulas práticas, como: mini chips, diodos, capacitores e resistores que além de serem pequenos, necessitam de cores para identificar os valores de suas resistências. Nas aulas práticas de manutenção de computadores, o mesmo problema acontece quanto aos componentes e a aprendizagem sobre sua manutenção conforme as cores dos fios. Assim, é necessária a adaptação de aparelhos que auxiliem na ampliação da visualização dos componentes pequenos para discentes com problemas relacionados à visão, ou até mesmo com outras Necessidades Específicas. Ademais, é necessário construir estratégias didáticas para esses conteúdos técnicos, contemplando tais particularidades.

Nas análises anteriores, identificou-se a ausência de estratégias especificadas no que se refere à Educação Inclusiva de estudantes com NEE. Apesar de reiterar esta necessidade, destaca-se a recente regulamentação do Plano Educacional Individualizado (PEI) no IFRN⁵, a qual se constitui como avanço nesse processo. O PEI⁶ se configura como estratégia pedagógica de acompanhamento e registro do desenvolvimento dos(as) estudantes com NEE, o qual deve ser construído de forma compartilhada entre os diferentes setores e profissionais que acompanham estes(as) discentes.

Observa-se que a implementação do PEI no IFRN têm contribuído para um acompanhamento mais próximo desses(as) alunos(as), visando atentar-se às particularidades de cada um(a) no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, nota-se que esse processo ainda precisa se desenvolver na Instituição, articulado a outras ações no que se refere à Educação Inclusiva, as quais devem constar já nos documentos norteadores, para que possam ser apreendidas e efetivadas pelo conjunto do IFRN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível reconhecer os avanços conquistados no IFRN, expressos na direção política da instituição sobre Educação Inclusiva e na adoção de medidas supracitadas no estudo. Contudo, ainda assim, foram identificadas lacunas nos documentos institucionais acerca desta

⁵ No Instituto, o uso do PEI inicia-se em 2019, contudo passa a ser regulamentado no ano de 2020, por meio da Resolução nº 26/2020 - CONSUP/IFRN.

⁶ A definição do PEI adotada pelo IFRN consta na Deliberação 27/2020 - CONSEPEX/IFRN.



temática, que se desdobram em desafios cotidianos para os(as) estudantes com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto.

Desse modo, sinalizam-se as seguintes proposições: **a)** Revisão documental dos documentos norteadores do IFRN, que incluam efetivamente os temas sobre NEE; **b)** Adequação de materiais didático-pedagógicos às necessidades educacionais discentes; **c)** Análise permanente das estratégias pedagógicas de ensino e verificadores de aprendizagem; **d)** Fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão, ampliando as possibilidades de acesso à ações e projetos; **e)** Fomento à inclusão qualitativa de estudantes com NEE em programas de aprendizagem, de modo a ampliar suas experiências no mundo do trabalho, dentre outras.

Por fim, esse estudo visa contribuir com a construção permanente do fazer educativo do IFRN, instituição centenária cuja qualidade de ensino é referenciada em solo potiguar, para que esta permaneça acompanhando a dinâmica social em transformação, tomando como horizonte seu direcionamento político em favor dos direitos sociais, da pluralidade e da inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Necessidades Educacionais Específicas; Projeto Político-Pedagógico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: ago.2022.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. **Desenvolvimento humano, educação e**, p. 60, 2010.

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Resolução nº 38/2012 CONSUP/IFRN. Rio Grande do Norte: IFRN, 2012. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2012/resolucao-no-38-2012/view> . Acesso em: ago.2022.

_____. **Resolução Nº 26/2020 CONSUP/IFRN**. Rio Grande do Norte: IFRN, 2011.

Disponível em:

<https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2020/resolucao-no-26-2020/view> .

Acesso em: ago.2022.

SANTOS, Cristina Gadelha dos; SOUZA, Karinne Oliveira de. **A Importância da atualização do Projeto Político Pedagógico para o alcance de Metas**. 2020.